

# RIF Editorial

A presente edição da *Revista Internacional de Folkcomunicação* (RIF) está sendo disponibilizada aos leitores e leitoras justamente em meio a um período complexo que envolve a crise na saúde, na política, na economia e os seus múltiplos impactos sociais. A pandemia do novo coronavírus, que atinge todo o mundo, em diferentes proporções, torna evidentes as lógicas de desigualdade que se reproduzem na sociedade e se traduzem no número de vítimas da doença e nas diferentes condições de sobrevivência para os indivíduos e grupos sociais.

A atenção para os povos e comunidades tradicionais, neste contexto, é capaz de elucidar uma série de heranças seculares e marcas de exclusão que persistem na atualidade. Prova disso está registrada em pesquisa realizado pelo Subcomitê de Combate à Covid-19 da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)<sup>1</sup>, que aponta que “os Estados do Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia e Maranhão respondem hoje por 63% das mortes causadas pela covid-19 entre populações mocambeiras e quilombolas de todo o Brasil” (ALBUQUERQUE, OLIVEIRA, 2020). Enquanto, em geral, a letalidade da doença no país gira em torno de 5,2%, no caso dos quilombolas essa letalidade é de 11,5%, segundo o referido estudo. A ausência de políticas de assistência e o acesso limitado a serviços básicos para essa população ajudam a explicar porque as comunidades quilombolas são as mais atingidas.

Sabe-se que a taxa de mortalidade referente à Covid-19 também é elevada entre a população indígena. De acordo com texto publicado no portal *Open Democracy* (2020)<sup>2</sup>, chega a 9,7%, o que permite afirmar que “a Covid-19 já tem uma dimensão genocida”. A pandemia já afeta 93 nações indígenas nos países amazônicos, segundo dados da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA). Somente no Brasil, há registros de vítimas em mais de 80 povos.

---

<sup>1</sup> ALBUQUERQUE, Renan; OLIVEIRA, Georgio Ítalo de. Amazônia concentra registro de mortes de quilombolas por Covid-19. Universidade Federal do Amazonas – Subcomitê de Combate à Covid-19 da Faculdade de Informação e Comunicação. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM). Nota técnica. 13 de junho de 2020.

<sup>2</sup> “A Covid-19 já afeta 93 nações indígenas”. *Open Democracy*, 10/06/2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/democraciaabierta-pt/covid-19-afeta-93-nacionalidades-indigenas/> Acesso em 15/06/2020.

Não é possível, portanto, desconsiderar uma realidade que tem apresentado tão significativos contrastes sociais. Do ponto de vista do fazer científico, é necessário aprofundar o conhecimento sobre povos e comunidades tradicionais de modo a contribuir para o seu reconhecimento cultural e para incluir no meio científico a pauta da luta por direitos, problematizando o papel do Estado no campo das políticas públicas e as ações que promovem aniquilamento no lugar de proteção social.

Foi o desafio de promover rupturas com o pensamento colonial e valorizar práticas e saberes populares articulados com formas de resistência que motivou a organização do dossiê “Folkcomunicação, povos e comunidades tradicionais”, publicado nesta edição da RIF. Os organizadores - professora Dra. Cristina Schmidt (UMC), professora Dra. Clarissa Marques (UPE) e professor Dr. Wolfgang Teske (UNITINS) - reconhecem a pertinência da folkcomunicação para a análise das formas de marginalidade e resistência cultural destes grupos diante do desmonte de políticas públicas voltadas à garantia do direito ao território e à expressão cultural, religiosa e política. O caráter conflituoso presente na trajetória de povos tradicionais, marcado pela exclusão e pela violência (seja pelos meios religiosos, econômicos, políticos, educacionais, religiosos ou midiáticos) é pautado, segundo os organizadores, por “um posicionamento mediante uma situação social de luta de classe, de marginalidade e exclusão, que exige protagonismos”.

Com estes propósitos, o referido dossiê abarca onze artigos que discutem aspectos de comunidades quilombolas e indígenas. Em “A construção da territorialidade pela população quilombola do Muquém”, Rodrigo Arydson Bezerra de Lima e Tarcia Regina Da Silva (UPE) discutem a territorialidade como elemento identitário em uma comunidade situada em Alagoas, valorizando histórias de vida de lideranças da comunidade. Também com ênfase nas questões identitárias, o texto “Da casa de pau a pique e do assentar do barro: a experiência do projeto de extensão Direitos em Movimento na comunidade quilombola Mundo Novo - Buíque/PE”, de Clarissa Marques (UPE), reflete sobre a importância da pesquisa e da extensão universitárias em ações de colaboração para o fortalecimento de comunidades tradicionais, a partir da experiência do projeto Direitos em Movimento.

A cultura afro é tema de outros trabalhos que integram o dossiê. O artigo “Povos tradicionais no material didático ‘Narrativas quilombolas: dialogar - conhecer - comunicar’”, de Rosana Maria Prado, Cristina Schmidt e Francisco Carlos Franco (UMC), analisa a relevância

pedagógica e social de materiais específicos para a comunidade quilombola como instrumento de conhecimento. “As narrativas nos pontos cantados de Exus”, de Carla Regina Santos Paes, Analaura Corradi e Douglas Junio Fernandes Assumpção (UNAMA), relaciona as letras dos pontos cantados de Exu e Pombagiras com características de personalidade. E o artigo “Olubajé: O discurso religioso para o ritual de agradecimento no Ilè Asè Iyà Ogunté”, de Édila Döler, Douglas Junio Fernandes Assumpção, Jorge Leal Eiró da Silva e Maíra de Cássia Evangelista de Sousa (UNAMA), trata das simbologias da festa do Olubajé dedicada ao orixá Omolú no Templo da Religião Africana Ilè Àsé Iyá Ogunté em Ananindeua (PA).

A valorização de relatos orais se faz presente no artigo “Entre registros e memórias: um olhar sobre as festas populares e tradicionais de Luanda”, de Yuri Manuel Francisco Agostinho (ISART/Angola) e as referências musicais de povos originários são o foco da análise de Félix Rodrigo Hernández Giraldi (UMC), em “Valorização da música dos povos ancestrais por meio da etnomusicologia”.

As práticas discursivas cotidianas apresentadas por brasileiros descendentes de paraguaios, índios Guarani e outros brasileiros são analisadas por Marlei Sigrist (UFMS) no artigo “‘Yopará’ e ‘Nhengatu’ Transfronteiriços - Práticas Translinguajeiras na Região de Fronteira: Mato Grosso do Sul/Brasil-Paraguai”. Já as relações de poder de grandes grupos econômicos e os conflitos com os interesses locais são o tema da análise de Whodson Silva (UFMG) e Vânia Fialho (UPE/UFPE) no artigo “Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco”.

A cultura indígena e a luta por direitos, por sua vez, são discutidas no artigo “A presença indígena no Brasil e os conflitos em torno da demarcação da terra indígena do Jaraguá/SP”, de Maria Izabel Rangel de Souza Oliveira (UMC). E, em “O audiovisual como arma de defesa indígena em tempos de Covid-19”, Mônica Panis Kaseker e Lucas Fernando Ribeiro (UEL) analisam o processo de fortalecimento do midiativismo indígena durante a pandemia do novo coronavírus a partir do uso das mídias sociais pelas comunidades.

Além deste conjunto de trabalhos que compõem o dossiê, a edição traz ainda artigos gerais de pesquisadores que se dedicam aos estudos da cultura e da comunicação. Em “Transitar pelo(s) mundo(s): a Escola Pamáali (Baniwa) e a educação escolar na Amazônia Indígena”, Nicole Batista (UFMG) analisa o caso da Escola Indígena Baniwa Coripaco Pamáali, localizada no Alto do Rio Negro/AM, no reconhecimento de conhecimentos tradicionais. Já a

valorização do local associada à geração de renda em uma comunidade na Paraíba é analisada por Alexandre Dutra da Silva e Severino Alves de Lucena Filho (UFRPE) no artigo “Folkcomunicação e desenvolvimento local: um estudo sobre a Aruenda da Saudade e suas contribuições para o folkturismo no município de Pitimbu-PB”.

Aspectos da produção do diretor mexicano Carlos Reygadas são o foco de Sebastião Guilherme Albano (UFRN) no artigo “Japão e Post Tenebras Lux, de Carlos Reygadas: suma estilística”. E, para encerrar os artigos gerais, Ana Paula Almeida Miranda e Severino Alves de Lucena Filho (UFRPE) oferecem um mapeamento de estudos acadêmicos na área em “Estado da arte e bibliometria da folkcomunicação”.

A edição oferece ainda uma contribuição ao diálogo intercultural por meio da “Entrevista com Warren Warbrick: a Cultura e os Sons Maori e a Integração Multicultural entre a América Latina e a Nova Zelândia”, realizada por Luciano Victor Barros Maluly (USP), Leonel Alvarado (Massey University of New Zealand) e Carlos Augusto Tavares Junior (USP).

Na seção Ensaio Fotográfico, Letícia Monteiro Rocha (UFMS) traz registros sobre uma festa tradicional religiosa em “Viva ao Divino Espírito Santo! A fé dos foliões e promesseiros de Santa Tereza - Figueirão/MS”. E, por fim, a revista conta ainda com as resenhas de Élmano Ricarte (ICNOVA/Lisboa), sobre o livro *Cartografia da folkcomunicação: o pensamento brasileiro e o itinerário da internacionalização*, organizado por Itamar de Moraes Nobre e Maria Érica de Oliveira Lima (2019), e de Dalila Brito (UFRB) sobre o livro *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*, de Bell Hooks (2018).

Nas diversas seções da RIF, registram-se contribuições para a construção e a difusão do conhecimento a partir da interface com os fenômenos da comunicação e da cultura, presentes em diversas temáticas que perpassam a edição. Nossos agradecimentos aos organizadores do dossiê “Folkcomunicação, povos e comunidades tradicionais” pela relevância da temática abordada e a todos e todas que colaboram, a cada edição, com o fortalecimento da pesquisa em folkcomunicação.

Em tempos de pandemia, que estejamos juntos(as) e atentos(as) às lutas que se fazem necessárias dentro e fora do meio acadêmico. A todas e todos, uma boa leitura!

**Equipe Editorial RIF**